ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos 28 (vinte e oito) dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenário das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, sob a Presidência do **Excelentíssimo Senhor Presidente Conselheiro Fernando Ribeiro Toledo**, reuniram-se os Senhores **Conselheiros: Conselheira Maria Cleide Costa Beserra, Conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito, Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, Conselheira Renata Pereira Pires Calheiros e Conselheiro Substituto Alberto Pires Alves de Abreu**. O Ministério Público de Contas esteve presente representado pelo **Procurador Ricardo Schneider Rodrigues**. Havendo quórum regimental e diante da presença do Ministério Público de Contas, o Excelentíssimo Senhor Presidente declarou em nome de Deus aberta a sessão, solicitando a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada. Na hora do expediente não houve quem quisesse fazer uso da palavra, passou-se para a ordem do dia. **Relator Conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito:** TC-10410/2016, solicitação-informação, interessados Prefeitura Municipal-Viçosa/Manoel dos Passos Vilela, aprovado acórdão 91; TC-5063/2024, representação, interessados Juliana Maciel de Andrade Melro, Prefeitura de Santa Luzia do Norte, Werdley Thiago Silva Amaral/Marcio Augusto Araujo Lima, aprovado acórdão 92. Nesse momento a Conselheira Maria Cleide solicita a inversão da pauta. Em seguida, a Presidência justifica a ausência da Conselheira Rosa Albuquerque, que se encontra em um velório. **Relatora Conselheira Renata Pereira Pires Calheiros:** TC-15003/2012, representação, interessados Elba Cristina M de Vasconcelos Ferreira, Fernando Sérgio Lira Neto, Ministério da Previdência Social, Prefeitura Municipal-Maragogi, Thulio Eduardo da Cruz Peixoto/Marcos José Dias Viana, aprovado acórdão 93. Nesse processo o Conselheiro Anselmo Brito apresentou um voto divergente, contudo este fora vencido, por unanimidade; TC-8182/2023, prestação de contas de governo – municipal, interessados Prefeitura Municipal-Junqueiro, Cícero Leandro Pereira da Silva, aprovado acórdão 94. Nesse processo o Ministério Público de Contas suscitou preliminares, que não foram apreciadas, entretanto o Conselheiro Anselmo Brito registrou seu entendimento favorável ao acolhimento das preliminares. Também apresentou voto divergente o Conselheiro Anselmo Brito, sendo este vencido por unanimidade. **Relator Conselheiro Substituto Alberto Pires Alves de Abreu:** TC-19583/2023, representação, Instituto de Previdência Social do Município-Palmeira Dos Índios, Ministério da Fazenda, Receita Federal do Brasil/Julio Cesar Cruz da Silva, aprovado acórdão 95; TC-1290/2022, representação, Francisco Tavares Machado, Prefeitura Municipal-Campo Alegre, Receita Federal do Brasil/Nicolas Teixeira Tavares Pereira, Pauline de Fátima Pereira Albuquerque, aprovado acórdão 96. Em ambos os processos foi apresentado voto divergente pelo Conselheiro Anselmo Brito, sendo estes vencidos por unanimidade. **Relatora Conselheira Maria Cleide Costa Beserra:** TC-24117/2023, representação, interessados Defensoria Pública Da União, Prefeitura Municipal-Mata Grande/Erivaldo de Melo Lima, aprovado acórdão 97. Encerrada a ordem do dia, não havendo mais processos a relatar, nem quem quisesse fazer uso da palavra facultada, a Presidência encerrou a sessão, convocando a todos para a próxima no horário regimental, do que para constar eu, Marcia Jaqueline Buarque Antunes de Albuquerque, redigi a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos Senhores Conselheiros presentes e pelo Douto Procurador do Ministério Público de Contas.